



Universidade de Brasília

Departamento de História
Instituto de Ciências Humanas
Karoline Lima Sirqueira

A escravidão negra no Rio da Prata

Brasília
2012

Karoline Lima Sirqueira

A escravidão negra no Rio da Prata

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para obtenção do grau de bacharel em História.

Brasília, 01 de outubro de 2012

Prof. Dr. Luiz Paulo Ferreira Noguerol
(Orientador)

Prof. Dr. Francisco Fernando Monteoliva Doratioto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal

Agradecimentos

A meu pai pelos anos de trabalho e investimento em minha educação.

A minha mãe pelo amor e o apoio sempre a mim dedicados.

A minha irmã pelo companheirismo e amizade.

A meu orientador Luiz Paulo Nogueroíl pela paciência, ajuda e conhecimento compartilhado.

Aos meus amigos e familiares que me incentivaram.

Aos professores que tanto contribuíram para minha formação acadêmica.

RESUMO

Este trabalho trata da escravidão negra no Rio da Prata do período colonial até a Guerra Grande. Busca abordar quais são as mais notáveis características do Rio da Prata, como se relacionam com a História da escravidão no local e as principais atividades econômicas ao longo do tempo. De que modo o porto de Buenos Aires se relacionou com o Alto Peru durante o período colonial e como se deu a formação do Rio da Prata. Em seguida será pontuada a participação dos luso-brasileiros no contrabando de mercadorias e de escravos, analisando as diferentes fases do *asiento*.

A presença dos escravos negros implicou em uma série de trabalhos desempenhados e de formas de socialização e ajuda. Sendo assim, abordam-se tipos de trabalho realizados pela mão-de-obra escrava negra no campo de Buenos Aires e na Banda Oriental, quais foram as formas de socialização, de ajuda mútua e de manifestação cultural. Por fim, tem-se uma análise a respeito da construção ideológica do Rio da Prata como um espaço de homogeneidade branca.

Rio da Prata – Escravidão negra – Uruguai – Argentina - Candombe

ABSTRACT

This work is about the black slavery in the River Plate during the colonial period to Grand War. It searches what are the most striking features of the River Plate, as they were related to the slavery's history in the region and the main economic activities over time. How the port of Buenos Aires was linked to Upper Peru during the colonial period and how was the formation of the River Plate. Then will score the participation of Luso-Brazilian in the smuggling of goods and slaves, analyzing the different phases of the so-called *asiento*.

The presence of black slaves resulted in a series of works performed and forms of socialization and mutual help. So what have been up the work done by hand labor black slave in the field of Buenos Aires and the Banda Oriental, which were forms of socialization, mutual aid and cultural event. Finally, there is an analysis about the ideological construction of the River Plate as white homogeneity space.

River Plate – Black Slavery – Uruguay – Argentina - Candombe

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1- Contexto Histórico do período abordado (do período colonial até a Guerra Grande) e formação do Rio da Prata.....	3
2- Como os escravos chegavam no Rio da Prata?.....	10
3- Quais foram os trabalhos desempenhados pelos negros escravizados no Rio da Prata?.....	15
4- A vida social e as redes de socialização no Rio da Prata. A presença do negro, papéis desempenhados e suas manifestações culturais.....	19
5- A construção do Rio da Prata como um espaço de homogeneidade branca.....	31
6- Considerações Finais.....	37
Referências Bibliográficas.....	38

INTRODUÇÃO

Muito se tem escrito e registrado na história a respeito do tráfico negreiro e da escravidão negra. Estudos sobre esses temas permitiram o registro de uma história de grande complexidade, pois é vista e tratada de diferentes formas por aqueles que se debruçam sobre o assunto.

Existem diferentes termos e conceitos para se tratar dessa história. Utilizam-se dominação, apropriação, aculturação, resistência, encontros, entre outros. Esses são apenas alguns dos conceitos para tratar da escravidão negra, da trajetória desses escravos e da chegada aos seus destinos.

O foco centrado na trajetória e na escravidão como sistema de exploração do trabalho e violência contra o ser humano, claro que não menos importante, muitas vezes não permite enxergar a vivência desses negros e negras, de origem africana, escravizados em seus novos ambientes de sobrevivência. Não permite saber como eles se relacionavam entre si, quais trabalhos desempenhavam no meio urbano e no meio rural, como as instâncias administrativas e governamentais os tratavam. Em que e por que eles eram proibidos de realizar seus bailes ou portar certos objetos. Como se organizavam em grupos, como prestavam ajuda uns aos outros, em que trabalhavam e quais atividades desenvolviam, como realizavam seus cultos, como era seu cotidiano e seus bailes, enfim muitas são as lacunas a serem preenchidas e infelizmente algumas jamais o serão.

Desta forma, ainda há o que estudar a respeito deste tema especialmente nos casos em que ele não aparece, em que muitas vezes é negada à existência de uma história de escravidão e a própria presença negra em certos países e regiões. Há um silenciamento e uma omissão da historiografia de certos lugares ao se tratar deste assunto.

Sendo assim, um dos locais em que se é possível constatar um silenciamento em relação à história e à presença do negro se encontra na historiografia do Rio da Prata. Dentro desta perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo tratar no período colonial até o século XIX, direcionando o foco à chegada dos negros nos portos platinos, as formas legais e ilegais. Admitida a chegada, busca-se responder para onde eram destinados, e daí abordar aspectos de sua vivência, isto é, em que trabalhavam, onde moravam, como se relacionavam,

qual importância tinham na economia, enfim, como viviam nas áreas urbanas e rurais do Rio da Prata.

A escolha da temporalidade se deu em razão da possibilidade de apreensão de fragmentos da vivência negra no Rio da Prata ao longo do tempo. A análise dos temas aqui propostos fará uma contraposição à historiografia oficial que negou, silenciou ou reduziu a existência desses negros apenas a um período de tráfico e escravidão. Tudo isso possibilitará a construção de um relato em que a história do negro no Rio da Prata também faça parte da história deste espaço, além disso, possibilitará o registro desses agentes históricos que também tiveram suas vivências e feitos.

Desta forma, este trabalho buscará os indícios da presença e vivência negra no Rio da Prata, ou seja, onde e como sua presença foi relatada, como viviam, que espécie de trabalho desenvolviam, onde moravam, como os negros se relacionavam entre si, como os negros realizavam seus bailes e cultos, e até mesmo como eram vistos e tratados pelas autoridades.

Para isso primeiramente se fará um panorama do contexto histórico do período abordado e da formação do Rio da Prata, enfatizando alguns aspectos ambientais da região e tratando da ocupação deste espaço, suas rotas de transporte, a fundação de Buenos Aires e seu desenvolvimento comercial.

Em seguida procura-se descrever como os negros chegaram ao Rio da Prata, quais os portos de entrada e os meios legais, *asientos* e *licencias*, e ilegais. Pelo contrabando, muitos africanos escravizados chegavam ao Rio da Prata.

Em terceiro lugar pretende-se abordar por que os negros escravizados foram para o Rio da Prata, ou seja, quais trabalhos desempenhavam tanto no meio urbano como no rural.

O quarto tópico busca tratar da vida social dos negros mostrando as formas pelas quais continuaram sendo submetidos à escravidão mesmo após a abolição, como foram integrados nos exércitos, também será abordado o processo de abolição da escravidão no Rio da Prata, as redes de socialização e ajuda mútua constituída pelos negros, os bailes de *condombe*, sua alimentação, a que eram proibidos e a relação amo-escravo.

Por último será feita uma análise a respeito do Rio da Prata como um espaço de homogeneidade branca em que se tratará do mito de uma Argentina branca e do silenciamento produzido na história oficial argentina e uruguaia.

1- Contexto histórico do período abordado (do período colonial até a Guerra Grande) e formação do Rio da Prata.

A região do Rio da Prata, que mais tarde comportará a Argentina e o Uruguai, tinha características naturais que são de grande importância para o entendimento e compreensão do comércio, da vida, do trabalho e das atividades lá desempenhadas no período em estudo. Esses fatores também se mostram muito relevantes para a compreensão das funções desempenhadas pelos escravos negros que para lá foram levados.

Este território tem como característica os pampas que é um bioma marcado por uma vegetação ondulada e deprimida, quase sem árvores, baixa e com o predomínio de gramíneas. Os poucos bosques de árvores que havia diminuíram significativamente durante o século XIX com a construção de currais e cercos e pelo uso como lenha. A fauna do pampa era composta por pequenos mamíferos e roedores, muitos herbívoros e insetos, havia também alguns animais grandes e carnívoros como os cervos, os jaguares e as raposas, entre outros.

Além dos animais naturais do lugar havia também os animais de introdução européia que se espalharam pela região. Desde 1541 já havia vacas e cavalos vivendo nos pampas bonaerenses e foram utilizados primeiramente pelos colonizadores e depois pelos indígenas que acabaram por desenvolver técnicas para criá-los.

Os ciclos climáticos exerciam grande influência sobre a vida dos habitantes dessa região, pois em determinados anos poderia haver grandes variações causando abundância ou escassez de chuvas. Em alguns períodos podia haver inundações que não chegavam a prejudicar tanto as criações devido à alternativa de se levar os animais para os pastos das partes mais elevadas. Por outro lado os tempos de seca causavam grandes prejuízos para suas plantações e criações, pois a única alternativa era juntar os animais e se mudar para as regiões próximas às lagoas em busca de água.

Neste sentido as migrações dentro deste espaço não foram muito significativas, não havendo um movimento populacional que empurrasse as fronteiras terra adentro. As fronteiras entre as sociedades indígena e colonial se mantiveram até o século XIX muito perto do litoral costeiro de Buenos Aires.

A região que no século XVI se designava pelo nome de Províncias do Rio da Prata e do Paraguai fazia parte do Vice-Reino do Peru¹. Em 1580, durante a segunda fundação de

¹ Alice Piffer Canabrava “O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)”. Coleção Reconquista do Brasil (Nova série). V.82, São Paulo: Itatiaia (Ed. da Universidade de São Paulo), 1984, p. 25.

Buenos Aires, a colonização das regiões do Rio da Prata ainda era fraca e o interior ainda era composto majoritariamente por tribos indígenas.

Neste período, Assunção era a principal região da província e o mais antigo povoamento europeu da região platina. Em torno dela estavam as plantações de trigo, cana, vinha e hortaliças de Castela, havia trapiches para o fabrico de açúcar, o gado era abundante e lá se encontravam artesãos de todos os ofícios.

Os centros de povoação não eram muitos e havia imensos espaços desabitados, o transporte de carga de passageiros era muito difícil por conta da vegetação e dos períodos de inundação. O transporte terrestre mais utilizado era a carreta, uma espécie de carroça de duas rodas puxada por bois e havia também os comboios de gado e mula.

A partir de 1580 o transporte fluvial passa a ser utilizado com mais frequência. Com a segunda fundação de Buenos Aires se inicia a articulação entre as cidades fluviais e as continentais por meio do caminho real do Peru que constituiu o eixo de articulação mercantil da vida colonial².

Depois da descoberta das minas do Peru, a região ístmica do Panamá se constituiu em uma passagem de importância essencial para o sistema de transportes entre o Vice-Reino do Peru e a Espanha. Era nessa região, no povoado de Nombre de Dios e posteriormente em Porto Belo, que se realizavam, quando da chegada dos navios espanhóis, as feiras que atraíam parte significativa da riqueza da população comerciante da América do Sul. A principal função das feiras do istmo era a troca de mercadorias provenientes da metrópole pelos metais preciosos e matérias-primas do Vice-Reino do Peru³.

Até 1593 as feiras se realizavam em Nombre de Dios na costa antilhana do istmo. A vida do homem branco neste lugar era praticamente impossível devido à insalubridade e ao clima, por tudo isso e pela alta mortalidade neste lugar a Coroa ordenou a mudança das feiras para Porto Belo. A cidade de Porto Belo possuía apenas cerca de cinquenta casas de madeira, feitas de pilares sobre bases de pedra e cobertas de telhas; habitualmente se constituíam como moradia de alguns negros e mulatos⁴.

Apesar de tudo a cidade de Porto Belo não supriu as expectativas e o clima acabou por causar ainda muitas mortes. As condições climáticas desfavoráveis da região tornavam a

² Idem, ibidem, p.42.

³ Idem, ibidem, p. 43.

⁴ Idem, ibidem, p. 44.

travessia do istmo devagar, difícil e perigosa devido aos ataques dos negros e dos indígenas que se abrigavam nas montanhas, contra os viajantes ⁵. Havia também negros nas embarcações de transporte de mercadorias e de passageiros, pois diante das dificuldades apresentadas pelas rotas fluviais, eram muitas vezes utilizados para desencalhar as embarcações que ficavam presas nos bancos de areia⁶.

Eram muitas as dificuldades de contato mercantil entre as regiões meridionais do Vice-Reino do Peru e a Espanha, uma vez que aos problemas mencionados no istmo se somavam os que eram próprios às passagens dos Andes, razão porque surgiu uma rota alternativa articulando as regiões do Alto Peru, de Tucumán, do Paraguai e do Rio da Prata com o Atlântico. Com a fundação da Audiência de Charcas, em 1561, se iniciou um período de execução de planejamento de comunicação com o Atlântico. Juan de Matienzo foi o idealizador de um plano no qual se descreveu a maneira como seria feito o comércio com o Alto Peru. Neste plano, Matienzo expõe a idéia de que deveria haver uma linha de cidades na região de Tucumán, com escalas para a ligação com o mar. Foram os governadores de Tucumán que se incumbiram de povoar os pontos estratégicos do interior e realizar o plano⁷.

Esse movimento de expansão oriental que avançava para o mar, com a construção de cidades-escalas ao longo de uma via continental se completou com a expansão efetuada por outra vaga de colonização, oriunda de Assunção, a qual descendo a via fluvial do Paraná foi fundar novamente, em 1580, a cidade de Buenos Aires no Rio da Prata.

O local no qual a cidade de Buenos Aires foi fundada não oferecia condições muito favoráveis para a vida e para o comércio da região. A cidade era insalubre e as condições naturais dificultavam o transporte, pois o Rio da Prata é de pouca profundidade e entulhado com areia, o que atrapalha as embarcações de maior calado como as que cruzavam o Atlântico. No interior havia a deficiência de correntes fluviais e ausência de materiais de construção devido à falta de madeira em abundância. Além disso, havia as questões climáticas marcadas por bruscas variações de temperaturas e a dependência das chuvas que dificultavam o trabalho agrícola em torno de Buenos Aires. Contudo após um período de colonização e adaptação, a navegação e a agricultura se desenvolveram juntamente com a povoação do

⁵ Idem, ibidem, p. 45.

⁶ Idem, ibidem, p. 46.

⁷ Idem, ibidem, p. 58.

pampa tornando a cidade uma metrópole intermediária de trocas entre as regiões de além-mar e do interior⁸.

Até o início do século XVII Buenos Aires era um lugar bastante pobre e seus habitantes, que eram poucos, não tinham o apoio do governo espanhol que naquele momento estava preocupado com o predomínio do porto de Lima e sobre as rotas do Oceano Pacífico e do Caribe. A Real cédula de 28 de janeiro de 1594 proibia o comércio com o Brasil e o porto permanecia fechado, entretanto os moradores de Buenos Aires não se conformavam com essa situação. Os principais bens produzidos no pampa bonaerense eram o trigo, o milho e a carne, desta forma os produtos que ali faltavam e eram necessários para a vida humana, como roupas e sapatos, custavam muito caro fazendo com que os moradores da região parecessem pobres, imundos e com carência de roupas e comida⁹. Diante disso, havia a necessidade de se estabelecer um comércio com o exterior, mesmo com a impossibilidade de concorrência com os produtos e comerciantes dos centros mineiros do Peru.

Segundo Canabrava a população indígena no estuário do Prata não era numerosa, além disso, a dominação do uso de cavalos e de canoas pelos indígenas possibilitou uma maior mobilidade e capacidade de resistência e de fuga, sendo assim, a população espanhola avessa ao trabalho manual, a exemplo de outras populações européias da época, tinha que desempenhar todas as atividades materiais, domésticas e do campo¹⁰.

Sendo assim, durante o século XVI, o principal requerimento nos documentos oficiais dizia respeito à questão econômica e comercial. Reivindicava-se o direito de comércio com o exterior, a importação de escravos e de outros produtos e mercadorias necessárias, e em troca o direito de exportar os produtos da terra. Enquanto os pedidos não eram atendidos e o porto permanecia fechado, as trocas se davam como contrabando. Os habitantes de Buenos Aires até o século XVII insistiam na obtenção de licenças comerciais e de permissão para comerciar com o Brasil onde seus produtos possuíam algum valor¹¹.

A Real Cédula de 1618 buscava regulamentar as comunicações comerciais que se haviam formado entre Buenos Aires, Brasil e África, o *asiento* seria então o instrumento legal de abastecimento de escravos. Foi regulamentado que na viagem de ida os navios que partiam de Buenos Aires fizessem escala no Brasil, onde trocariam seus produtos da terra por madeira

⁸ Idem, ibidem, p. 63 a 64.

⁹ Idem, ibidem, p. 68.

¹⁰ Idem, ibidem, p. 67.

¹¹ Idem, ibidem, p. 70.

e açúcar, que eram mercadorias que tinham mercado na Espanha, entretanto na viagem de volta era proibida a parada em portos do Brasil.

Com essa cédula e outras de regulamentação comercial, alguns asientistas pediam certas liberdades comerciais como Antonio León que pedia a liberdade de enviar um navio para cada um dos portos de Brasil, Sevilha e Angola e o direito de trazer escravos de Angola para o Brasil evitando, assim, a dependência dos navios espanhóis, pois as viagens nem sempre eram regulares devido às freqüentes guerras em que a metrópole se envolvia¹².

No final do século XVI o bispo de Charcas denunciava a quantidade de negros que entrava pelo porto sem licença, particularmente com os portugueses. Além dos escravos que chegavam procedentes do Brasil, havia um ativo comércio de gêneros alimentícios e produtos manufaturados que se fazia entre os portos brasileiros e o Rio da Prata¹³. Calcula-se que por volta de 1597 entravam por Buenos Aires cerca de 250 escravos, procedentes do Brasil, por ano. Esses eram vendidos em Potosí a 250 pesos cada um e em 1603 o número oficialmente computado chegava a 450¹⁴.

De 1602, quando houve a concessão da primeira licença de importação e exportação para o porto de Buenos Aires, até 1623, com a fundação da alfândega de Córdoba, o comércio no Rio da Prata foi caracterizado por períodos de grande intervenção estatal nos negócios do porto e, além disso, caracterizou-se pela grande incidência do comércio de contrabando¹⁵.

A cidade de Córdoba no século XVII tornou-se importante pelo desenvolvimento do comércio pela via do Atlântico por sua estratégica localização, pois era um ponto de baldeação na via de Buenos Aires ao Peru e Mendoza. Córdoba também era um ponto de passagem do contrabando¹⁶.

O contrabando de negros no porto de Buenos Aires era muito rentável, os escravos de lá partiam para Tucumán, Chile e Peru participando do comércio de escravos como mercadoria de retorno, pois os *vecinos* do porto apenas podiam adquirir pequeno número deles devido ao valor insignificante dos produtos da terra¹⁷.

No século XVII o comércio de contrabando era característico em toda a América, incluindo Buenos Aires. Mas o comércio ilegal no Rio da Prata teve a seu favor, nesse

¹² Idem, ibidem, p. 77.

¹³ Idem, ibidem, p. 87.

¹⁴ Idem, ibidem, p. 90.

¹⁵ Idem, ibidem, p. 91 a 92.

¹⁶ Idem, ibidem, p. 95.

¹⁷ Idem, ibidem, p. 99.

período, o grande desenvolvimento do contrabando de negros em toda a América Espanhola feito pelos portugueses que desde cedo estavam ligados aos contrabandistas do porto de Buenos Aires. O comércio negreiro foi de hegemonia portuguesa desde 1595 até a primeira metade do século XVII¹⁸.

Em Buenos Aires, o contrabando de negros destinados às minas de Potosí se desenvolveu muito. O porto de Buenos Aires do século XVI ao XVII desempenhou a função de porto de Tucumán, de Potosí e do Atlântico para a comunicação entre as regiões do interior e os mercados abastecedores do exterior. A cidade de Buenos Aires tinha a função de cidade de trânsito, era um ponto de desembarque e de passagem de mercadorias destinadas ao interior. Neste período em que há a preponderância portuguesa no comércio do Rio da Prata, a aparência e o padrão de vida da população parece se diferenciar da miséria do início da colonização. Os habitantes do porto apresentam os primeiros indícios de uma fortuna particular, além de demonstrar conforto e uma certa aproximação com a forma de vida européia¹⁹.

Muitos dos navios que chegavam com negros no Rio da Prata procediam do Brasil, pois como Portugal era o maior participante, entre as nações européias, do comércio de escravos, estes eram levados às colônias portuguesas, principalmente para o Brasil, e de lá saíam para os portos espanhóis. No Rio da Prata, o costume era comercializar escravos com os estrangeiros e, em certas ocasiões, buscá-los nos portos brasileiros de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro.

Os negros escravizados eram a principal mercadoria que os portugueses enviavam. Seguindo os caminhos das vias do planalto andino, se espalhavam por toda a zona de mineração dos Andes peruanos, eram vendidos em Cuzco e até em Lima²⁰. Os documentos do período assinalam a importância dos escravos negros no comércio de importação. O crescimento desse ramo de comércio nos negócios do porto tinha relação com as necessidades permanentes de mão-de-obra nas lavras de Potosí e com os enormes lucros que proporcionava, pois constituía um dos melhores negócios nas Índias²¹.

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 101.

¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 112.

²⁰ Idem, *ibidem*, p. 131.

²¹ Idem, *ibidem*, p. 138.

Os espanhóis, no princípio da colonização, para obterem o monopólio comercial de suas colônias americanas queriam excluir a imigração e o comércio estrangeiro no Novo Mundo, entretanto tornou-se quase impossível dispensar a contribuição estrangeira no comércio colonial. Devido ao fenômeno do despovoamento da metrópole, do declínio da indústria e da exportação intensiva para as colônias, os produtos manufaturados espanhóis não eram mais suficientes para satisfazer as necessidades dos colonos. Desta forma os espanhóis recorriam à indústria estrangeira, emprestando seu nome aos comerciantes de outras nações, tornando-se pouco mais que comissários das casas comerciais estrangeiras em Cádiz.

Com a anexação de Portugal e de seus domínios à Coroa da Espanha, em 1580, criou-se um ambiente muito favorável para a expansão dos povos de língua portuguesa dentro dos domínios espanhóis da América do Sul, entretanto há de se destacar que a Coroa espanhola não havia concedido aos seus novos súditos portugueses igualdade jurídica em relação aos espanhóis para a exploração das riquezas de suas colônias. Apesar disso, no início do século XVII, com o desenvolvimento do comércio de contrabando os portugueses conseguiram estabelecer um certo poder comercial no Rio da Prata²².

Em 1623, com a fundação da alfândega de Córdoba, a Coroa deu um novo rumo à política comercial do Rio da Prata. A alfândega tinha como objetivo o estabelecimento de um órgão permanente de vigilância que não dependesse do porto e se situasse no principal ponto de comunicação entre Buenos Aires e as regiões de Tucumán. Apesar disso, as mercadorias de contrabando e principalmente os escravos continuaram a chegar até a região de Tucumán e ao Alto Peru por meio de Córdoba. Muitas vezes, a permissão da passagem até Tucumán era concedida e facilitada pelo próprio governador da província do Rio da Prata, Dom Francisco de Céspedes. Desta forma a cidade de Tucumán e seus arredores eram abastecidos com escravos negros, entrados pelo porto de Buenos Aires que, entre outras tarefas produtivas, trabalhavam em teares²³.

Todo esse contexto de desenvolvimento comercial da região platina fez com que a cidade de Buenos Aires se tornasse essencialmente mercantil, pois, apesar de não ter desenvolvido um mercado interprovincial ou até mesmo um comércio nacional, intermediava as trocas entre a região do Alto Peru e os centros exportadores de Portugal, do Brasil e da

²² Idem, *ibidem*, p. 148.

²³ Idem, *ibidem*, p. 167.

África. Desta forma, suas atividades mercantis trouxeram grandes mudanças na ordem social como os primeiros indícios da existência de um capital e de fortunas móveis, e foram marcadas pela penetração comercial portuguesa²⁴.

2- Como os escravos chegavam no Rio da Prata?

A principal porta de entrada do comércio negreiro da América do Sul espanhola era o porto de Buenos Aires. A maioria dos escravos, que lá chegavam era destinada por terra para o interior chegando até o Alto Peru. Os que ficavam em Buenos Aires eram geralmente destinados a trabalhos domésticos, artesanais e rurais. Esses escravos geralmente eram tirados da África Ocidental, em especial das regiões hoje pertencentes a Angola e ao Congo, sendo as ilhas de Cabo Verde o principal entreposto comercial da América portuguesa e espanhola até o século XVII.

Os portos da costa ocidental africana onde os europeus iam buscar os africanos escravizados eram a Ilha de Gorea, o Porto de Elmina, Calabar, Cabinda e Luanda e os portos receptores de escravos destinados ao Rio da Prata eram Buenos Aires e Montevideú, especialmente após 1724. Além destes, os portos do Rio de Janeiro e da Bahia também eram fornecedores de escravos para o Rio da Prata.²⁵

A partir da chegada aos portos do Rio da Prata os escravos que fossem para outras regiões, dentro do que hoje é o território argentino, geralmente tinham como destino final Santa Fé, Corrientes, Tucumán, Santiago del Estero e Misiones. Na atual Bolívia iam para Potosí, no Paraguai eram destinados para Assunção e no Peru para El Callao²⁶.

O comércio de escravos, do século XVI ao XIX, passou por várias mudanças e fases. Inicialmente a partir do outorgamento das licenças, os portugueses eram a maioria dos traficantes. A predominância portuguesa durou até a segunda metade do século XVII, a partir daí até o início do século XVIII os holandeses atuavam com força. Embora no início deste século a França tenha destaque, a partir dos tratados de Utrech quem se destacou foi a Inglaterra. As fases para o estudo do comércio negreiro no Rio da Prata se dão geralmente a partir da divisão entre o período das *licencias* que teve sua fase predominante de 1493 a 1595,

²⁴ Idem, ibidem, p. 189.

²⁵ Mario Ángel Silva. “Reseña de la esclavitud en La Región Sur” In *La ruta del esclavo en el Río de la Plata: su historia y sus consecuencias*. Memoria Del Simposio. UNESCO. 2004. p. 32.

²⁶ Idem, ibidem, p. 35.

o período dos *asientos*, que não significa o fim das *licencias*, ocorreu de 1595 a 1789 e por fim a Liberdade de tráfico que durou de 1789 a 1812. Há de se destacar que durante esses períodos o contrabando esteve presente de forma bastante significativa no fornecimento para o Rio da Prata de negros escravizados, entre outras mercadorias da época.

No início do século XVI foi determinado que nenhum escravo poderia chegar à América espanhola sem uma autorização do Estado. Para isto, se estabeleceram as *licencias* que era a permissão concedida aos indivíduos que desejassem fazer o transporte de certo número de escravos para uma região da América espanhola. Em troca, os licenciados deveriam pagar um imposto ao governo²⁷. Neste período houve a entrada de um grande número de negros nas colônias espanholas, pois uma elevada quantidade de *licencias* foi concedida a pessoas de diferentes setores da sociedade como banqueiros, comerciantes, cortesãos, colonizadores, exploradores, aos colonos e emigrantes estabelecidos nas colônias e aos estabelecimentos religiosos²⁸.

O *asiento* de negros era um contrato pelo qual um indivíduo ou uma companhia tinha como função e direito exercer a administração do comércio de escravos no lugar do governo, incluindo-se a aquisição na África, a travessia do Atlântico e a venda nos portos em que era autorizado a desembarcá-los²⁹. Desta forma percebe-se que o objetivo da *licencia* e do *asiento* eram os mesmos: o transporte e fornecimento de negros para as colônias espanholas. A principal diferença entre eles é que o licenciado deveria apenas pagar, quando do desembarque, o imposto devido. O *asientista*, por outro lado, além de compartilhar com o *licenciado* o dever tributário, deveria encarregar-se da prestação de um serviço individual ao governo: a administração do tráfico na área sobre a qual contava com o monopólio do comércio negreiro³⁰.

Ao longo do século XVII a entrada de negros em Buenos Aires foi por diversas vezes proibida ou limitada, fazendo com que houvesse carência da mão-de-obra escrava nas regiões do Rio da Prata. Diante disto muitos eram os pedidos que se faziam pela chegada de navios que trouxessem escravos para o cultivo e *labranza* de terras, em alguns pedidos se enfatizava

²⁷ Elena F. S. de Studer. “La trata de negros em el Rio de la Plata durante El siglo XVIII”. Libros de Hispanoamerica. Buenos Aires: Edigraf S.A. 1984. p.48.

²⁸ Idem, ibidem, p. 56.

²⁹ Idem, ibidem, p. 13 e 57.

³⁰ Idem, ibidem, p. 58.

a necessidade de cativos por serem os únicos a realizarem trabalhos manuais e da agricultura. Neste período os portugueses desempenharam um ativo tráfico de contrabando de negros escravizados também por meio da fundação da Colônia de Sacramento, em 1680³¹.

As relações comerciais entre o Rio da Prata e os portugueses eram muito frequentes. Desde o início do século XVII a cidade de Buenos Aires possuía trocas comerciais regulares com o Brasil, exportando prata, ouro, tecidos de algodão e importando do Brasil produtos luso-brasileiros e de outras procedências como o açúcar, o ferro e escravos na forma de contrabando e também por meio de *licencias*³². Há indícios de que o real número de escravos entrados no Rio da Prata devia ter sido muito superior aos dados que se tem registrado, pois o contrabando era muito intenso.

Além das relações comerciais que se estabeleceram entre o Rio da Prata e o Brasil, muitos habitantes de Buenos Aires eram de origem portuguesa. A ascensão de Felipe II e a unificação da Coroa espanhola à portuguesa facilitou o estabelecimento de vários comerciantes portugueses em Buenos Aires que contavam com acesso às autoridades de Córdoba e da Audiência de Charcas, desenvolverem uma série de redes de negócios e comércio com outras cidades, até em Lima onde desempenhavam forte presença comercial. Muitos desses portugueses que habitavam a América espanhola eram judeus cristãos novos que devido às perseguições estabelecidas pelo Santo Ofício e a sua visitação no Brasil, em 1618, fugiram para a América espanhola onde em alguns lugares, como em Buenos Aires, se constituíram em um setor importante da vida social da cidade, desempenhando atividades no comércio, na economia e até mesmo na administração pública³³.

Com a separação das duas Coroas, o governo espanhol tratou de limitar a vida e as atividades dos portugueses na América espanhola determinando grande vigilância sobre os portugueses que habitavam Buenos Aires e outras cidades do Vice Reino do Peru. Além disso, alguns portugueses foram destituídos de seus cargos públicos, outros foram proibidos de habitar terras espanholas, outros tiveram que se deslocar para o interior e por fim foram proibidos de manter relações comerciais com os súditos da Coroa espanhola. Esta última

³¹ Idem, *ibidem*, p. 99.

³² Luiz Alberto Moniz Bandeira. “La formación de los Estados en la Cuenca del Plata- Argentina, Brasil, Uruguay, Paraguay”. V.1. 1ª ed., Buenos Aires: Grupo Editorial Norma. 2006. p. 50.

³³ Idem, *ibidem*, p. 50, 51.

proibição causou uma decadência no porto de Buenos Aires no final do século XVII, pois esta cidade dependia muito do comércio marítimo com os luso-brasileiros.

Com a privação comercial do porto de Buenos Aires, a ocupação holandesa do nordeste brasileiro e de Angola, e a perda do comércio de açúcar, os portugueses começaram a cogitar a possibilidade de domínio da cidade de Buenos Aires planejando um ataque de força naval e uma invasão terrestre garantindo desta forma o suprimento de couros e de produtos alimentícios para o Brasil. Além disso, teriam o domínio sobre a bacia do Prata e um maior acesso às minas de prata de Potosí. O plano de invasão de Buenos Aires, entretanto, não foi concretizado devido aos vários problemas que Portugal enfrentava na época como a reconquista de Angola e assim a garantia do provimento de escravos, considerada mais relevante³⁴.

As ameaças de invasões no território do Rio da Prata partiam não somente de Portugal, mas também da Holanda, da França e da Dinamarca. O príncipe regente português, D. Pedro, posteriormente rei Dom Pedro II entre 1683 e 1706, com o desejo de expandir seus domínios e garantir vantagens territoriais e econômicas à Coroa portuguesa, se antecipou em relação às outras nações e ordenou ao governador do Rio de Janeiro, Don Manoel Lobo, a construção de uma base militar em frente a Buenos Aires. Em 1680 com cerca de trezentos soldados do exército português foi fundada a fortaleza na margem oriental do Rio da Prata, chamada Colônia de Sacramento³⁵.

Neste período a Espanha era governada por Carlos II, *El Hechichado*, o último espanhol da dinastia Habsburgo que estava em decadência e sem condições de resistir à invasão portuguesa. Apesar disso, os grupos de exércitos indígenas das missões jesuíticas que consideravam a presença portuguesa no Prata uma ameaça ofereceram grande resistência aos portugueses destruindo a Colônia de Sacramento oito meses depois de sua construção. Os conflitos se asseveraram e o príncipe regente português exigiu por meio do Tratado Provisório de 1681, a restituição do território de Sacramento. Os portugueses a partir de então utilizavam a Colônia de Sacramento como via de contrabando de escravos e de mercadorias para Buenos Aires.

³⁴ Idem, *ibidem*, p. 54 e 55.

³⁵ Fabrício Prado. "In the shadows of Empires: Trans-Imperial Networks and Colonial Identity in Bourbon Rio de la Plata (1750-1813)". 2009. p. 42.

A fundação da Colônia de Sacramento teve grande significado dentro do cenário das relações entre os dois impérios ibéricos, pois além de ser mais uma quebra do Tratado de Tordesilhas estabelecido entre as duas Coroas em 1494, representou uma expansão comercial e territorial portuguesa no continente americano e ainda reestabeleceu as rotas comerciais que nasceram durante a União Ibérica de 1580 a 1640. Durante o período de 1680 a 1777, Sacramento desempenhou importante papel no comércio trans-imperial e apesar de seu constante estado de disputas imperiais e conflitos, seu impacto demográfico e social teve grande importância na região principalmente quando se trata do comércio trans-imperial de escravos que ligava portugueses e espanhóis³⁶.

No início do século XVIII, a população da Colônia de Sacramento era majoritariamente composta por imigrantes brancos e menos de um quarto de escravos e mestiços (21.2%). Este quadro posteriormente sofre mudanças. Com o crescimento do comércio e da agricultura, a cidade começou a exportar trigo e couros produzidos em seu interior agrícola que décadas depois foi tomado pelos espanhóis. O comércio negreiro cada vez crescia mais e com isso a composição populacional da cidade ia se modificando, fazendo com que a massa de escravos (58%) e mestiços se tornasse maior. Entretanto, vale ressaltar que a maioria desses escravos estava em trânsito pela cidade, isto é, aguardando o momento de serem vendidos e enviados para seus locais de trabalho e os que permaneciam geralmente eram escravos de serviços domésticos, alguns eram destinados ao campo para produção agrícola e como peões, e outros se tornavam escravos de ganho incluindo os artesãos e havia também os que trabalhavam no porto como estivadores³⁷.

Os portugueses a partir de então utilizavam a Colônia de Sacramento como via de contrabando de escravos para Buenos Aires, que sempre esteve envolvida no comércio legal ou ilegal devido a sua dependência em relação a certos produtos vindos de fora da região. Desta forma percebe-se que os negros escravizados que eram levados para o Rio da Prata chegaram de varias formas; por meios legais como as *licencias* e os *asientos*, ou por meio ilegais como o contrabando. Os principais transportadores e negociantes de escravos foram os portugueses, entretanto os holandeses, franceses e ingleses também participaram ativamente neste comércio.

³⁶ Idem, ibidem, p. 42.

³⁷ Idem, ibidem, p. 44, 58 e 60.

3- Quais foram os trabalhos desempenhados pelos negros escravizados no Rio da Prata?

Como citado anteriormente, os cativos desempenharam vários trabalhos no Rio da Prata como escravos de ganho, escravos domésticos, artesãos e escravos rurais, exercendo todo tipo de trabalhos manuais. O papel da escravidão no meio agrário foi de grande importância no campo *buenairense* e na Banda Oriental.

Durante o século XVI foram fundadas as primeiras cidades dentro do que atualmente se constitui o território argentino, sendo as principais na época Santiago del Estero, em 1554, e Córdoba em 1573. Em 1580 foi refundada Buenos Aires, que funcionava como porto de onde saíam, por via marítima, parte da produção das províncias do interior. No século XVII a desordem administrativa e contábil enfrentada pelo governo Habsburgo devido às contínuas guerras territoriais e às dívidas com os estrangeiros, os territórios americanos estavam mal administrados e desprotegidos atraindo assim os interesses das potências europeias pelos territórios espanhóis da América do Sul. Diante disso havia a necessidade de se fazer uma reforma administrativa e territorial nos territórios americanos.

Até então, a administração de todo o território hispano-americano era feita apenas por dois Vice-Reinos; o da Nova Espanha que possuía quatro audiências e dezoito governanças e o Vice-Reino do Peru com cinco audiências e dez governanças. Este quadro administrativo teve alterações com a chegada ao trono espanhol dos Bourbons no início do século XVIII. As reformas se iniciaram nas capitânicas do Chile, Caracas, Guatemala e Santo Domingo que ganharam mais autonomia administrativa. Entre 1717 e 1739 foi instaurado permanentemente o Vice-Reino de Nova Granada e em 1776 o Rio da Prata com sede em Buenos Aires em que se incluiu no ano seguinte, a Audiência de Charcas e estabelecido um tribunal de contas.

A partir da criação do Vice-Reino do Rio da Prata em 1776, Buenos Aires e seu território adjacente começaram a experimentar certo desenvolvimento. Os territórios sob sua jurisdição eram os atuais territórios da Argentina, da Bolívia, do Paraguai e do Uruguai.

A mão-de-obra escrava foi utilizada de diferentes formas nestes espaços, como escravos de ganho, que iam para as ruas vender produtos e quitutes, trabalhavam nas *pulperias*, eram artesãos, sapateiros, barbeiros, alfaiates e trabalhavam nas obras públicas. As

mulheres eram, geralmente, escravas domésticas, lavadeiras e amas de leite, além disso, os escravos tiveram grande importância nas empresas agrícolas e na criação de gado, sendo que alguns até eram preferidos e requisitados por sua especialidade na produção de trigo.

Desta forma a presença escrava se fazia presente tanto no ambiente urbano quanto no rural. Em Buenos Aires, em 1810, a população africana e afro-descendente era bastante visível, pois, um em cada 3,5 habitantes era negro ou mulato, sendo a maioria composta por escravos, e no campo de Buenos Aires a população negra era de 6,3% sendo em sua maioria, 90,1%, escravos³⁸.

Neste ambiente rural e campestre buenaerense se estabeleceu uma tipologia social ao longo do tempo, de modo que no período vice-real havia nomes específicos para cada tipo de estabelecimento rural e, por conseguinte para os proprietários. Sendo assim, havia o *estanciero*, ou criador, dono da estância que geralmente era mais dedicada à criação de gado, os *chacareros*, nome mais utilizado em especial, perto dos povoados e em Buenos Aires, também chamados de *labradores*³⁹. Eram donos de *chacras*,⁴⁰ que era o termo mais utilizado para a produção agrícola. Os proprietários das *quintas*, propriedades que se destinavam à produção de legumes, frutas e verduras, eram chamados de *quinteros* ou de *chacareros*. Por fim, havia as *haciendas* que eram estabelecimentos mais raros cujos donos eram chamados de *hacendados*, palavra que teve maior difusão no fim do período colonial em todo o Rio da Prata e era o grande proprietário de terras e de gado.

Esses estabelecimentos rurais também se encontravam nas cercanias de Buenos Aires como em San Isidro, Areco, Magdalena, Matanza, Luján e Arrecifes. Essas regiões se caracterizavam pela produção mista, entretanto privilegiavam a criação de gado devido a sua proximidade com o grande mercado consumidor de Buenos Aires, tendo como principal produção o leite e a carne. Entretanto isso não quer dizer que a produção agrícola não era forte. Pelo contrário, a produção de cereais era muito grande havendo a predominância do trigo, do milho e da cevada.

³⁸ Silvia C. Mallo. “Experiencias de vida, formas de trabajo y búsqueda de libertad” In *La ruta del esclavo en el Río de la Plata: su historia y sus consecuencias*. Memoria Del Simposio. UNESCO. 2004. p. 70.

³⁹ Agricultores

⁴⁰ Palavra de origem quechua que significa, literalmente, o espaço em que se plantam as hortaliças.

A escravidão negra esteve muito presente na campanha de Buenos Aires, principalmente nas unidades de produção trigueira em que era exigida uma especialização de mão-de-obra, geralmente desempenhada pelos escravos do sexo masculino, que por conta disso tinham maior valor. Como a sociedade da época não era muito rica, os estabelecimentos rurais geralmente não possuíam muito além de um rancho ou uma casa humilde e quando muito possuíam um alojamento precário para seus escravos. Desta forma, estes acabavam por representar uma porcentagem de valor significativo nos bens de seu amo, juntamente com a terra e o gado. Nas *chacras* os escravos ocupavam o terceiro lugar entre os bens de maior valor e nas *estancias* eram o segundo bem de maior valor⁴¹.

A quantidade de escravos dependia do estabelecimento rural, de sua produção e localidade assim como o preço dos escravos variava de acordo com sua qualidade e capacidade para o trabalho. Sendo assim, em Areco, por exemplo, dos 120 homens que exerciam a força de trabalho nos espaços rurais, 57 deles eram escravos⁴². O número de escravos africanos era ainda maior nos locais de especialização agrícola como em San Isidro, em 1815, onde a população escrava africana representava 20.5% do total populacional da cidade e em Matanza que em 1813 representava 19.6%⁴³.

Entre 1750 e 1815 as *estancias* que possuíam escravos tinham cerca de três por estabelecimento⁴⁴. De acordo com os inventários analisados por Garavaglia 52% das *estancias* e 46% das *chacras* possuíam escravos⁴⁵. A quantidade de escravos nas *chacras* de San Isidro era alta em relação aos padrões platinos, tendo a média de cinco escravos por proprietário dentro de uma unidade produtiva, sendo que 60% dos produtores de San Isidro possuíam escravos e os arrendatários que possuíam escravos chegavam a uma média de 3,6 escravos por estabelecimento⁴⁶. Já em Matanza e em Las Conchas esses números não eram tão altos, mas ainda assim significativos. Dos 17 inventários das *chacras* das duas cidades, analisados por Garavaglia, somente cinco possuíam escravos e, segundo o censo de Matanza de 1813, existiam 216 escravos nas *chacras* e *estancias* da cidade⁴⁷. Por fim, no campo de

⁴¹ Juan Carlos Garavaglia. "Pastores y labradores de Buenos Aires- Una historia agrária de la campaña bonaerense 1700-1830". 1ª ed., Buenos Aires: Ediciones de la Flor. 1999. p. 161.

⁴² Idem, ibidem, p. 57.

⁴³ Idem, ibidem, p. 89 e 90.

⁴⁴ Idem, ibidem, p. 71.

⁴⁵ Idem, ibidem, p. 162.

⁴⁶ Idem, ibidem, p. 168.

⁴⁷ Idem, ibidem, p. 169.

Buenos Aires, dos 18 inventários analisados pelo autor somente seis eram de proprietários de *chacras* possuindo, cada um, em média dois escravos⁴⁸.

O preço médio dos escravos se diferenciava, pois os escravos das *estancias* valiam cada um, em média, 189 pesos enquanto que os das *chacras* custavam em média 215 pesos por unidade o que representava uma melhor qualidade e maior capacidade para o trabalho ou até mesmo um maior grau de especialização para o desempenho do trabalho⁴⁹. Nas *haciendas* que eram estabelecimentos rurais mais raros havia mais de nove escravos por inventário custando em média 223 pesos.

Desta forma percebe-se que a mão-de-obra escrava desempenhou um importante papel na vida e no campo de Buenos Aires, fazendo parte da empresa agrícola, trabalhando nas plantações e em especial na de trigo que tinha um grande comércio e demanda em Buenos Aires, nas feiras e nas padarias, participaram também na criação do gado e na produção de seus derivados como o leite, a carne salgada muito exportada para o Brasil, pois era um dos principais itens da alimentação dos escravos do litoral brasileiro, além do couro e do sebo. Além disso, os escravos faziam parte do patrimônio de vários indivíduos, portanto, eram parte do capital dos estabelecimentos rurais, pois seu valor era acrescentado aos bens do proprietário chegando a ser em alguns estabelecimentos o segundo bem de maior valor.

Na Banda Oriental o trabalho escravo também era utilizado na produção trigueira. Nas padarias de Montevideu eram muitos, sendo que a maior padaria da cidade chegou a ter 40 escravos em 1805. Trabalhavam, também, na produção de carne salgada, sebo, velas, nas operações portuárias, nos serviços domésticos, eram sapateiros, carpinteiros, alfaiates, ferreiros, pedreiros, etc⁵⁰.

Os locais onde havia a produção de carne salgada, comumente conhecida no Brasil como charque, demandavam um grande número de escravos, pois as atividades manuais a serem desempenhadas eram muitas como as de *carneador*, *salgador*, *labrador del torno*, *operário de zorra*, *cebeiro*, *tropero*⁵¹, *chirimango*, etc. Os estabelecimentos que produziam a carne salgada na Banda Oriental se concentravam na parte costeira de Montevideu em Villa

⁴⁸ Idem, ibidem, p. 171.

⁴⁹ Idem, ibidem, p. 162.

⁵⁰ Alex Borucki; Karla Chagas e Natalia Stalla. "Esclavitud y Trabajo, Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya 1835-1855". Ed. Pulmón Ediciones. 2004. p. 18.

⁵¹ Vaqueiro.

de Cosmópolis conhecida como Cerro e chamada de Villa Angola pela imprensa portenha devido à grande quantidade de africanos que trabalhavam nesta região. O número de escravos nos *saladeros*, local de produção da carne salgada, variava de acordo com o tamanho da terra e da quantidade de gado no local, variando de 15 a 70 escravos por estabelecimento⁵².

O preço dos escravos em Montevidéu também sofria variações que eram mais visíveis de acordo com a idade do africano. Desta forma, os menores de 8 anos geralmente custavam 200 pesos e os acima desta idade 220 pesos. Entretanto, em algumas ocasiões se via certa diferença de preços que oscilavam de acordo com o escravo, o vendedor e o comprador. Assim, um escravo de 8 anos foi vendido por 270 pesos, um outro de 5 anos por 225 pesos e ainda um escravo adulto e saudável por 300 pesos e podiam valer ainda mais se tivessem especialização em algum serviço⁵³.

Sendo assim, o trabalho escravo esteve muito presente na Banda Oriental e em Buenos Aires e sua campanha representando, portanto, um número significativo na demografia dessas regiões como em Montevidéu em que a porcentagem da população afro-criolla seria de 25% a 30 % da população da cidade⁵⁴ e em Buenos Aires que compunham 28,4% da população⁵⁵. Em 1778, nas outras regiões do Vice-Reino do Rio da Prata como em Tucumán, a porcentagem de afro-mestiços era de 64%, em Santiago Del Estero 54,13%, em Córdoba 54%, em La Rioja 47%, em Cuyo 17%, em Corrientes e Misiones eram 11,6% da população e em todo o território Paraguai eram 14,01%⁵⁶. Com esses dados é possível concluir que a população negra e a escravidão eram bastante significativas e presentes no cotidiano e no trabalho das regiões platinas, especialmente em torno de Buenos Aires e de Montevidéu.

4- A vida social e as redes de socialização no Rio da Prata. A presença do negro, papéis desempenhados e suas manifestações culturais.

A presença do escravo negro africano ou descendente no Rio da Prata não resultou somente no serviço que desempenhavam ou na relação escravo e amo. Para além disso, essas pessoas se adaptaram ao novo espaço, desenvolveram formas de comunicação, socialização e vivência, construíram famílias, aprenderam novas culturas e estabeleceram aspectos de sua

⁵² Idem, ibidem, p. 21 e 22.

⁵³ Idem, ibidem, p. 23.

⁵⁴ Idem, ibidem, p. 19.

⁵⁵ Silvia C. Mallo. op. cit., p.66.

⁵⁶ Idem, ibidem, p. 66.

própria cultura, deixando indícios de seu cotidiano, sua vida, seu trabalho e sua importância. Sendo assim, neste tópico têm-se a oportunidade de conhecer alguns desses aspectos que compunham a presença do negro no Rio da Prata.

Segundo Luiz Felipe de Alencastro, de 1526 a 1550 havia africanos escravizados apenas na América espanhola e apenas a partir de 1551 a 1575 chegam os primeiros ao Brasil, entretanto o número de escravos lá ainda é superior ao dos de cá. É somente a partir de 1576 que esses valores se invertem tornando-se a quantidade de escravos no Brasil superior⁵⁷.

Os fatores mais frequentes para a escravidão negra na América espanhola seriam a necessidade de mão-de-obra, a imunidade dos negros a certas doenças e epidemias do mediterrâneo e da zona tropical africana e, segundo alguns autores como Alencastro e Canabrava, a resolução das divergências entre a produção mercantil dos colonos e a evangelização dos indígenas pelo clero.

Os escravos que eram desembarcados nos portos do Rio da Prata eram transportados por meio de diferentes formas que podiam ser legais, como as *licencias* e os *asientos*, ilegais, como o contrabando, as arribadas forçadas e o transporte de escravos que eram declarados como colonos. Estes meios foram utilizados nos períodos das proibições comerciais. Tudo isso faz com que o número exato de africanos escravizados que chegaram ao Rio da Prata não seja preciso.

Esses escravos acabaram por adaptar-se ao novo ambiente e às novas formas de vida, constituíram uma vida social e familiar, realizaram fugas e muitos trabalhos, alguns até com especialização, integraram-se ao exército e lutaram por seu novo espaço de sobrevivência e de vida, desenvolveram suas formas de lazer, cooperação e seu momento do sagrado, em que cultuavam e lembravam a terra natal.

Ao longo do período da escravidão no Rio da Prata foram criadas novas formas de filiação e trabalho além da escravidão como o patronato, a *pupilaje* e a exigência da *papeleta de conchavo* para os libertos. O patronato foi uma lei criada em 1837 para a regulamentação do tráfico para Montevideu, apesar da proibição existir desde os primeiros momentos revolucionários. Determinava que os negros menores de vinte e cinco anos deviam servir aos

⁵⁷ Luiz Felipe de Alencastro. “O Trato dos Videntes, Formação do Brasil no Atlântico Sul”. Companhia das Letras, São Paulo: Ed. Schwarcz. 2000.p. 43.

seus amos até completarem esta idade e os que estivessem acima desta idade deveriam permanecer com seus amos por mais três anos, pois estariam sob a vigilância do amo que era responsável pela educação moral do cativo.

A *pupulaje*, muito freqüente nos primeiros anos do período republicano no Rio da Prata, era um sistema de trabalho e controle de crianças órfãs, pobres e filhos de escravos que tinha como objetivo a tutoria e o emprego dessas crianças que trabalhavam em troca de sua subsistência, muitas para sair desta situação e dos maus tratos ocorridos fugiam ou roubavam seus patrões. Os que tinham família que os queriam ou tivessem condições, às vezes conseguiam ser tirados dessa situação, mas no caso dos negros o único meio era a fuga⁵⁸.

Já a *papeleta de conchavo* no caso dos escravos era uma forma de trabalho remunerado que o escravo prestava para outra pessoa que não fosse seu amo. O dinheiro recebido na maioria das vezes ia para o amo, que freqüentemente procurava investir na especialização do escravo em um serviço para a obtenção de maiores lucros. Era apenas nos fins de semana e feriados que, de acordo com a lei de conchavo, o dinheiro adquirido com o trabalho durante este período deveria ficar com o escravo. Esse dinheiro, para alguns escravos, permitiu a compra da *manumission*, ou seja, a compra da liberdade. Além disso, a *papeleta de conchavo* para os livres era uma forma de se evitar e de controlar a vadiagem, pois obrigava os pobres brancos e indígenas e os negros e pardos livres a trabalharem sob pena de serem presos se fossem pegos sem a *papeleta de conchavo* que comprovava um vínculo de trabalho.

A abolição da escravidão e do tráfico nos espaços que compõem a atual Argentina e o Uruguai veio atrelada a uma série de questões políticas e internacionais. Diante das invasões britânicas entre 1806 e 1807, nessas regiões, e das rivalidades internas e externas que geraram a Guerra Grande e a Revolução de Maio, a Bacia do Prata enfrentava um período de constantes conflitos, guerras e trocas de lideranças políticas. Neste sentido, um dos motivos pelos quais a escravidão foi abolida foi a necessidade de incorporar os cativos aos exércitos em luta. Essa incorporação, entretanto, em alguns casos não esperou a abolição como em Arroyo Grande, em que o exercito federal recrutou escravos de forma imediata tendo a abolição ocorrido uma semana depois.

⁵⁸ Alex Borucki; Karla Chagas e Natalia Stalla. op. cit., p. 125.

A escravidão foi abolida em Montevideu primeiramente⁵⁹ em dezembro de 1842 pelo Gobierno de La Defensa⁶⁰, em seus fundamentos reconhecia a lei de ventre livre da chamada Assembléia do Ano XIII de 1813 das Províncias Unidas do Rio da Prata, nome dado ao antigo território do Vice Reino do Rio da Prata após a Revolução de Maio que expulsou o vice-rei espanhol e deu início, em 1810, à Guerra de Independência. A lei declarava a liberdade dos filhos de escravos nascidos no território das Províncias Unidas, no entanto, apenas foi cumprida no governo de Artigas, além disso, a lei acrescentava o reconhecimento da determinação de 1830 que proibia a introdução de escravos no território, não reconhecendo, desta forma nem a introdução de escravos por vias clandestinas, que perdurou até 1841, nem pela estratégica introdução de africanos denominados colonos⁶¹ como a que ocorre de acordo com um contrato assinado em Montevideu em novembro de 1832 ou como em janeiro de 1835 em que há a entrada de 350 colonos africanos em Montevideu desembarcados na *playa Del Buceo*⁶².

Todo esse esforço em prol da Abolição se deu devido às conjunturas da Guerra Grande que ocorreu no Uruguai entre 1839 e 1851. Tratou-se de um conflito político entre duas facções: os blancos que eram apoiados pelo partido federalista da Confederação Argentina, e os colorados apoiados pelos unitários. Durante os conflitos houve algumas intervenções internacionais temporárias da França, da Grã-Bretanha e do Brasil. Quando houve, durante os conflitos, o avanço dos blancos e federalistas, os colorados e unitários se viram obrigados a incorporar escravos para a defesa de seu governo e vice-versa. A partir daí os escravos passaram a fazer parte do exército uruguaio, sendo importantes nas guerras e na proteção do então território da República.

No atual território argentino, como se vê, o processo de abolição teve início em 1813 com a lei do ventre livre das Províncias Unidas. Em Buenos Aires, capital das Províncias Unidas, por motivos semelhantes aos uruguaios, aboliu-se a escravidão para incorporar ao exército, os libertos diante do cenário de guerras que se apresentava. Em 1853, a Confederação Argentina, um dos nomes oficiais da Argentina utilizado após o desuso do

⁵⁹ Primeiramente, pois, em outubro 1846, a escravidão foi abolida novamente pelo novo governo que estava no poder; o Gobierno del Cerrito. Idem, ibidem, p. 131.

⁶⁰ Alex Borucki; Karla Chagas; Ana Frega e Natalia Stalla. “Eslavitud y abolicion en el Rio de La Plata em tiempos de revolucion y república”. In *La ruta del esclavo en el Río de la Plata: su historia y sus consecuencias*. Memoria Del Simposio. UNESCO. 2004. p. 144.

⁶¹ Alex Borucki; Karla Chagas e Natalia Stalla. op. cit., p. 44.

⁶² Alex Borucki; Karla Chagas; Ana Frega e Natalia Stalla. op. cit., p. 143.

termo Províncias Unidas e anterior a denominação República Argentina, entrou em vigência, em maio, a abolição da escravidão de acordo com o artigo 15 da Constituição da Confederação Argentina e em 1860 se acrescenta o parágrafo que declarava a liberdade de qualquer escravo que pisasse em território argentino⁶³.

O ingresso no exército uruguaio fez com que os negros lutassem nas guerras do Uruguai contra o domínio espanhol, buenaerense, português e brasileiro. Lutaram, ainda, na guerra civil conhecida como Guerra Grande, foram enviados para a Guerra do Paraguai e estiveram envolvidos nos conflitos civis permanentes no Uruguai no século XIX. No exército buenaerense participaram da Revolução de Maio, das guerras de independência e dos conflitos civis.

A incorporação e a necessidade de negros no exército precederam a abolição da escravidão. Muitos negros, livres por meio da *manumission* ou de outras formas já haviam sido incorporados aos exércitos, mas havia uma grande resistência dos amos e dos proprietários de estabelecimentos que se valiam da mão-de-obra escrava em se abolir a escravidão devido ao medo de que houvesse uma paralisação econômica pela falta de trabalhadores escravos, além disso, se fazia necessário por parte do governo, após a abolição, indenizar aqueles que seriam prejudicados com a falta desta mão-de-obra. Na Argentina, muito antes da abolição da escravidão, havia negros compondo as tropas. Em 1813 foram incorporados ao exército revolucionário de Buenos Aires 1016 negros libertos⁶⁴ e em Montevideu a incorporação de negros livres no exército teve início em 1841⁶⁵.

Os negros livres eram selecionados para compor o exército, desta forma, os doentes, inválidos, loucos, anciãos e os filhos de viúvas que deles dependiam não seriam escolhidos. Alguns escravos aproveitavam o momento e adotavam como estratégia fugir de seu amo e se apresentar ao exército como negros livres. Além disso, mesmo após a abolição da escravidão, os menores, as mulheres e os anciãos deviam permanecer com seus antigos amos como pupilos. Neste sentido as mulheres também empregaram estratégias de fuga, pois não eram escravas, mas na maioria das vezes prestavam os mesmos serviços e eram tratadas da mesma forma com a qual eram tratadas quando eram escravas.

⁶³Félix Luna. “Lo negro es Hermoso” In *Los esclavos negros. Porque se extinguieron?*. Buenos Aires: Todo es Historia S.A. ano XXXIII, nº 393, abr. de 2000. p. 7.

⁶⁴ Alex Borucki; Karla Chagas e Natalia Stalla. op. cit., nota 2. p. 28.

⁶⁵ Idem, *ibidem*, p. 36.

Com o Governo de Cerrito⁶⁶ houve a regularização dos casamentos dos soldados que outorgava recompensas e ajudas econômicas aos recém-casados. Desta forma, as negras pupilas que se casassem com os soldados poderiam deixar de serem pupilas. Muitas mulheres negras então chegavam aos batalhões para se casarem com os soldados, algumas depois do casamento acompanhavam voluntariamente seus maridos no exército e outras os acompanhavam por falta de opção. Elas acabaram por serem integradas nos acampamentos dos batalhões, sendo incluídas nas rações junto à tropa, desempenhavam alguns serviços nos batalhões como de costura, lavanderia e assistência a seus companheiros durante as batalhas e eram julgadas pelas autoridades militares se alguma das regras de convivência fosse quebrada ou algum delito cometido⁶⁷.

A integração no exército proporcionou a alguns negros certa ascensão social, pois durante as guerras, no Governo de Cerrito era costume a apropriação, confisco e distribuição dos bens dos inimigos vencidos, como forma de recompensa aos militares. Desta forma, os ex-escravos acabavam adquirindo bens e até imóveis, coisas antes distantes de sua realidade⁶⁸. Em alguns casos, antes da Abolição, era a própria liberdade que os escravos alcançavam ao participar das guerras, como na Argentina quando, em 1808, nove escravos foram libertos por lutarem em defesa de Buenos Aires contra as invasões inglesas⁶⁹.

Em outros casos, no entanto, a liberdade era prometida após a integração e o retorno da guerra, mas isso nem sempre se cumpria, pois voltavam a ser escravos da mesma forma que antes. Por conta disso, muitos acabavam fugindo ou recorrendo à justiça por meio do Defensor, que era o encarregado jurídico das reclamações dos escravos em relação aos maus tratos recebidos dos amos, à falta do fornecimento de bens para satisfazer necessidades básicas do escravo que era a vestimenta e a alimentação e quando os escravos eram impedidos pelo amo de realizar o trabalho de conchavo nos domingos e dias festivos, direito do escravo

⁶⁶ O *Gobierno del Cerrito*, assim como o *Gobierno de la Defensa* foi um dos governos que se consideravam legais no Uruguai durante a Guerra Grande, cada um teve a duração de oito anos, sendo que o Governo de Cerrito ficou no poder de 1843 até 1851. Era liderado pelo caudillo (líder político-militar) Manuel Oribe do partido Blanco.

⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 88.

⁶⁸ Idem, *ibidem*, p. 88.

⁶⁹ Gustavo Fabián Alonso. “Estudio del comercio de esclavos en el Rio de la Plata”. In *La ruta del esclavo en el Río de la Plata: su historia y sus consecuencias*. Memoria Del Simposio. UNESCO. 2004. p. 51.

desde o início do século XVIII, e único meio pelo qual tinham a oportunidade de trabalhar em troca de dinheiro com o que se adquiria, às vezes, a *manumission*⁷⁰.

O direito espanhol regulamentava como o escravo deveria ser tratado, desta forma, estabelecia que era direito do amo determinar o trabalho exercido pelo escravo que, em troca, deveria fornecer a ele comida, vestimenta e o direito ao trabalho de conchavo nos dias determinados, além disso permitia ao amo o uso de castigos físicos caso o escravo se recusasse a realizar o trabalho, cometesse crime ou precisasse ser disciplinado. Por outro lado, se o castigo fosse excessivo, se o escravo não recebesse comida e vestimenta e se fosse impedido de realizar o trabalho de conchavo poderia fazer uma denúncia ao Defensor que iria analisar o caso e propor ação jurídica, se convencido. Se fosse comprovado o excesso no castigo, o amo corria o risco de perder seu escravo, pois este podia ser comprado por outro. Desta forma, os maus tratos, a falta de vestimenta e comida e o impedimento de realizar o trabalho de conchavo foram os principais motivos de denúncias e também de fugas, pois muitos escravos não eram conhecedores das leis⁷¹.

Diante de suas vidas como escravos ou libertos, e diante das experiências compartilhadas, os negros e pardos do Rio da Prata construíram redes de socialização e ajuda. Quando escravos, muitas vezes fugiam ou cometiam crimes em grupo, quando livres se organizavam para a compra da *manumission* de parentes e amigos e nos batalhões se solidarizavam uns com os outros.

Em Buenos Aires há evidências de agrupamentos e organizações comunitárias e de ajuda mútua entre africanos do século XVIII até o final do século XIX. Elas eram basicamente de dois tipos: as confrarias foram mais presentes no período colonial e tinham como objetivo, para os escravos, a reunião com seus semelhantes em condições, vivência e origem e por parte da sociedade colonial tais reuniões eram uma forma de manter sob controle esses grupos sociais para evitar qualquer ameaça à ordem. Desta forma, as confrarias eram organizadas nos arredores de igrejas e nos conventos nos moldes das irmandades religiosas dos brancos e se sustentavam por meios de doações e de contribuições durante os bailes públicos. Além do sustento, a coleta de dinheiro servia para os gastos com as missas, com os funerais e para a ajuda de enfermos. As confrarias também eram um meio de se ensinar aos

⁷⁰ Alex Borucki; Karla Chagas e Natalia Stalla. op. cit. p. 228.

⁷¹ Idem, ibidem, p. 228, 230 e 231.

negros a moralidade daquela sociedade dentro da doutrina cristã, sendo assim, as reuniões ocorriam duas vezes por semana, tinham como autoridade um capelão da paróquia e um *hermano mayor* que era um negro eleito pelos confrades. Esta função, entretanto, era apenas nominal, pois as decisões eram tomadas de fato pelo capelão que era um sacerdote branco. Portanto as confrarias eram basicamente reguladas e comandadas pelo capelão, os negros não tinham o controle dos fundos, pois precisavam da autorização dele capelão para o gasto de dinheiro e seus pedidos nem sempre eram atendidos⁷².

O segundo tipo de organização de negros eram as nações que coexistiram com as confrarias até o fim do século XVIII. As nações, ao contrário das confrarias, não estavam sujeitas ao controle da igreja, mas tinham como aparelho regulador e de coerção a polícia que determinava o dia das reuniões ou proibia sua ocorrência. Eram organizações de negros agrupadas de acordo com seus lugares de origem sendo as principais: Angola, Benguela, Cabunda, Congo, Loango, Macinga, Macuácuá, Mandinga, Mondongo, Monyola, Moçambique e Mumboma, entre outros. Essas associações tinham como objetivo organizar festas, bailes e procissões e ajudar uns aos outros na compra da liberdade⁷³.

Essas organizações estavam também ligadas às manifestações culturais em que se destacavam os bailes de negros que tinham como objetivo a reunião comunitária, a diversão, o lazer e também um momento sagrado, pois suas danças também eram uma forma de culto. A respeito de suas danças Elena Studer afirma:

Sus danzas nativas que incorporaron a sus fiestas y cerimônias religiosas, no dejaron de influir sobre los bailes coloniales, sobre todo en el “fandango”. Otras danzas afro-platenses fueron la calenda, la bambula y la chica que se destacaron por su primitivismo lascivo. Concolorcorvo describe estas danzas diciendo que “se reducen a menear la barriga y las caderas com mucha deshonestidad” y que las acompañan siempre con gestos ridículos y un canto que parece aullido. Ya en la época colonial, surgió en Buenos Aires el *candombe*, fiesta de la gente de color en la que confraternizaban, en general algarazara, todas las naciones.⁷⁴

⁷² Marta Beatriz Goldberg. “Nuestros negros: Desaparecidos o ignorados?” In *Los esclavos negros. Porque se extinguieron?*. Buenos Aires: Todo es Historia S.A. ano XXXIII, nº 393, abr. de 2000. p. 31.

⁷³ Idem, ibidem, p. 31.

⁷⁴ “Suas danças nativas foram incorporadas as suas festas e cerimônias religiosas, não deixaram de influenciar os bailes, principalmente no ‘fandango’. Outras danças afro-pratenses foram a *calenda*, a *bambula* e a *chica* que se destacaram por seu primitivismo lascivo. Concolorcorvo descreve estas danças dizendo que ‘se reduzem a mexer a barriga e os quadris com muita desonestidade e que as acompanham sempre com gestos ridículos e um canto que parece uivos’. Já na época colonial, surgiu em Buenos Aires o *candombe*, festa da gente de cor na que se confraternizavam, em geral algarazra, todas as nações” (tradução livre) Elena F. S. de Studer. op. cit. p. 336.

O candombe era um baile realizado em Buenos Aires pelos negros escravos ou livres que se agrupavam de acordo com as nações. Sua incidência é datada do século XVIII até o início do século XIX. Muitas vezes, durante o século XVIII, esses bailes eram realizados junto à Igreja, principalmente em algumas épocas do ano como no Carnaval, Natal, São João e na Páscoa, pois muitos negros acabaram adquirindo devoção ao catolicismo. Os santos mais cultuados e celebrados pelos negros do Rio da Prata foram San Benito de Palermo em Buenos Aires e San Baltasar em Montevideú⁷⁵.

Já no século XIX esses bailes eram feitos de forma mais reservada em casas ou terrenos adquiridos pelas nações que se dividiam pelos quarteirões dos em Buenos Aires. O mais conhecido pela ocorrência dos candombes foi o do Barrio Montserrat também conhecido, na época, como Barrio del Tambor ou Barrio del Mondongo. Esses bailes foram bastante perseguidos pela polícia por conta da eleição de um rei representante para cada nação, que era considerado pelas autoridades uma ameaça, e pelos outros moradores do bairro que se sentiam incomodados com os bailes. Além disso, fazia-se necessário, do ponto de vista das autoridades e dos donos de escravos, uma regulamentação, pois muitos dos seus freqüentadores eram escravos que tinham o dever de trabalhar no outro dia para o seu amo. Desta forma, os bailes foram proibidos durante os anos de 1766, 1770 e 1790. Em 1795 foi concedida a permissão para realizar os bailes durante os domingos e feriados à Nação Congo e em 1799 à Nação Cambunda⁷⁶.

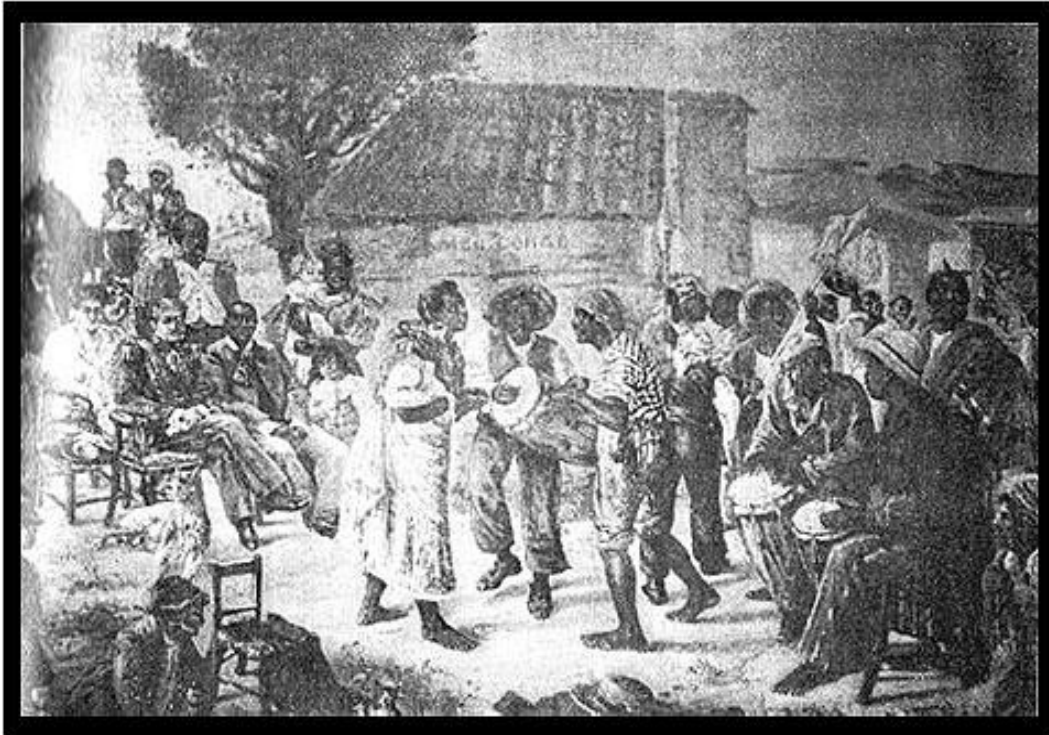
As proibições permaneceram durante o século XIX até os bailes públicos serem totalmente proibidos em 1825. Entretanto foi logo depois no período de Rosas que esses bailes tiveram maior incidência e liberdade chegando a ser freqüentados pelo próprio Rosas⁷⁷ e sua por filha, Manuelita, como retratado no quadro a seguir de 1845 de Martin Boneo, intitulado de “El Candombe Federal”⁷⁸. O candombe foi se tornando menos freqüente ou menos visível de forma pública em Buenos Aires a partir de 1850 e 1860.

⁷⁵ Idem, *ibidem*, p. 336.

⁷⁶ Marta Beatriz Goldberg. *op. cit.* p. 32 e 33.

⁷⁷ Juan Manuel de Rosas governador de Buenos Aires nos períodos 1829-1832 e 1835-1840.

⁷⁸ Maria Eugenia Domínguez. *Suena el Río*. Entre tangos, milongas, murgas e candombes: músicos e gêneros rio-platenses em Buenos Aires. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2009. p. 56.



No Uruguai também houve associações de negros escravos ou livres durante o período colonial, principalmente em Montevideu. Essa manifestação era bastante freqüente, havia as *salas de nación* em que cada uma representava as distintas regiões da África a que seus componentes pertenciam. Eram lugares simples onde os negros de uma mesma origem, se organizavam e desenvolviam atividades sociais para os mais necessitados com a junta de fundos da associação, resolviam os conflitos entre os integrantes de sua nação ou os conflitos entre estes e os componentes de outras *salas de nación*. Também ajudavam uns aos outros na compra de sua liberdade e na ocasião de doenças ou da necessidade de um funeral se solidarizavam oferecendo ajuda e apoio mesmo que fosse para outras nações. Nas salas realizavam seus bailes, cerimônias, ritos, eventos em memória de seus lugares de origem, articulavam fugas e até mesmo casamentos eram feitos entre escravos ou libertos. As salas também eram locais de identificação étnica e de representação política.

Em Montevideu os bailes de negros também ficaram conhecidos como *candombes*. Segundo Andrews, a palavra *candombe* pôde ser vista impressa pela primeira vez em um jornal da cidade de 1834 que se referia às danças realizadas pelas nações durante os domingos

e feriados⁷⁹. O mesmo autor afirma que esses bailes tinham grande impacto na cidade devido ao forte ritmo dos tambores africanos e ao desempenho das danças. As nações mais destacadas pelo *candombe* eram a Cabundá, Kasanje, Congo e Benguela.

Para os bailes públicos, cada nação elegia e coroava o rei e a rainha de sua nação, dançavam e realizavam cenas de guerra. Tudo isso causava apreensão entre as autoridades de Montevideú e muitas vezes incomodavam os moradores da cidade que reclamavam. Desta forma, em 1807 os bailes foram proibidos dentro e fora dos muros da cidade, em 1816 foram liberados para ocorrer apenas fora da cidade, em 1839 essa determinação foi reiterada e em 1853 se determinou a restrição do espaço dos bailes apenas na costa da cidade nova⁸⁰. Tais determinações estiveram presentes durante grande parte da primeira metade do século XIX. Segundo Borucki, a persistência em reiterar essas proibições evidencia que as determinações não eram efetivas⁸¹. Devido à medida imposta para realização dos bailes somente extramuros de Montevideú, os bailes ocorriam fora da cidade em Recinto hoje conhecido como Barrio Sur. Lá as nações construía seus quarteirões por que havia a disponibilidade de terrenos desabitados e pela proximidade deles com o mar, que os fazia pensar estarem mais próximos da África⁸².

Durante o período da Guerra Grande houve uma diminuição da evidência do *candombe*. Entretanto, após a guerra, nas décadas de 50 e de 60 do século XIX, o *candombe* adquiriu grande força, ainda mais com o retorno de soldados negros agora livres que acreditavam ter algum prestígio social devido a sua participação no conflito. Neste período uma parte da população de Montevideú convivia com o *candombe* e a outra parte o tolerava. O *candombe* tomava as ruas da cidade e reunia multidões de participantes e de expectadores. Os bailes de *candombe* eram um momento em que se evocava a memória da África, um momento de lazer e diversão. Tinham uma rica composição instrumental percussiva, nos momentos em que desfilavam ou ficavam em pé usavam tambores que carregavam com uma correia que se chamava *talín*, que se cruzava no ombro direito. Outros instrumentos eram a

⁷⁹ George Reid Andrews. “Blackness in the White nation- A History of afro-uruguay”. United States of America: The University of North Carolina Press. 2010. p. 24.

⁸⁰ Idem, ibidem, p. 26.

⁸¹ Alex Borucki; Karla Chagas e Natalia Stalla. op. cit. p. 299.

⁸² George Reid Andrews. op. cit. p. 26.

tacuara, a *huesera*, o mate, o *porongo*, a *marimba*, os *palillos*, *trozos de hierro* e o *Macú* (tambor cerimonial)⁸³.

Saindo do meio urbano e adentrando no meio rural, os principais espaços de socialização do negro eram as *pulperias* onde se reuniam, bebiam, jogavam e dançavam. Os bailes podiam ser feitos em casas particulares ou nas próprias *pulperias*, tendo como principais gêneros musicais a quadrilha, a milonga e o pericón. Além disso, também tinham na igreja um espaço de socialização, pois participavam das missas, dos batismos de nascimento, dos funerais e celebrações desenvolvendo assim relações sociais com amigos, desconhecidos e vizinhos⁸⁴.

Em relação à educação, os escravos recebiam alguma de conteúdo moral e a doutrina cristã que os amos tinham por obrigação ensinar. Este tipo de educação era o único a que tinham acesso, estando, portanto excluídos da secular a ponto de serem proibidos de educarem-se a si mesmos ou de aprenderem a ler e a escrever⁸⁵, exceto em raríssimos casos em que os amos tinham gosto por algum escravo e o ensinava.

As condições materiais de um escravo, suas necessidades básicas e os gastos que um amo poderia ter dependia da forma como o considerava. Desta forma o fornecimento de alimentos, a vestimenta e o cuidado na doença dependiam da concepção de escravo que o amo tinha⁸⁶. A alimentação dos escravos do campo no Rio da Prata era baseada predominantemente na carne que era o alimento mais abundante e mais barato, sendo o prato mais consumido por eles a sopa e o guiso, que era uma mistura de verduras, hortaliças e carne. Em alguns casos consumiam açúcar, não diariamente, e o pão mais barato e de inferior qualidade em relação ao pão consumido pelo amo e sua família. Desta forma, compartilhando com as camadas pobres do campo as características e as carências alimentícias, os principais alimentos consumidos pelos escravos eram a carne, as verduras e hortaliças, o pão e o arroz⁸⁷.

No âmbito da vida cotidiana e privada os negros e pardos escravos ou livres viviam sob uma série de proibições, obrigações e vigilância que nem sempre tinham a eficácia

⁸³ Oscar Montaña. “Rituales africanos em El Uruguay Del siglo XIX” In *La ruta del esclavo en el Río de la Plata: su historia y sus consecuencias*. Memoria Del Simposio. UNESCO. 2004. p. 201.

⁸⁴ Alex Borucki; Karla Chagas e Natalia Stalla. op. cit. p. 278.

⁸⁵ Elena F. S. de Studer. op. cit. p. 333.

⁸⁶ Alex Borucki; Karla Chagas e Natalia Stalla. op. cit. p. 243 e 244.

⁸⁷ Idem, ibidem, p. 255e 256.

esperada, pois em alguns casos houve reações à violência senhorial por parte dos escravos. As proibições às relações amorosas de escravos e escravas eram ineficazes apesar da vigilância porque freqüentemente conseguiam meios de burlar os empecilhos aos encontros. As proibições em relação ao uso de objetos eram muitas, como a de possuírem armas, a de as mulheres negras ou pardas não poderem usar ouro, seda, mantos e pérolas. Os negros jamais poderiam ter empregos nas ordens sagradas e o matrimônio entre negros e brancos proibia ao casal andar de noite pelas cidades e vilas, não podiam comercializar nem viver com índios e nem tê-los a seu serviço⁸⁸.

O roubo de gado e dinheiro dos antigos amos ou de outrem também era uma prática que ocorria na vida do escravo ou do liberto. No caso do escravo, podia ser uma atitude de vingança ou resistência e nos caso dos libertos se vincula as necessidades de sobrevivência devido a suas condições materiais. Por último, em relação à violência, percebe-se que ela ocorria dos dois lados, tanto do amo que era a de maior freqüência quando pelo escravo que muitas vezes se rebelava ou resistia às obrigações e castigos a que era submetido também por meio da violência.

Desta forma pode-se perceber que a vida dos negros escravos ou livres no Rio da Prata esteve preenchida por uma série de aspectos que possibilitam um relato a respeito de como viviam, de como se relacionavam, de como preservaram aspectos de sua cultura e de como amalgamaram estes elementos aos novos aspectos culturais característicos do ambiente em que foram inseridos, como se agruparam e como ajudaram uns aos outros.

5- A construção do Rio da Prata como um espaço de homogeneidade branca.

A presença negra na Argentina há muito tem sido negada ou apenas resumida ao período colonial de escravidão. A vida do negro e os papéis desempenhados na história da construção deste país foram silenciados na história oficial. Tudo isso é resultado da seleção sofrida quando da construção da história e da memória do país. Desta forma, a vida do negro dentro deste espaço foi ocultada na construção indentitária, cultural e histórica dos países da região do Rio da Prata.

⁸⁸ Elena F. S. de Studer. op. cit. p. 333 e 334.

Segundo Mario Ángel Silva, “La construcción de una identidad europea excluyente, significó la desaparición ideológica antes que física de los afroargentinos.”⁸⁹ Sabe-se que a historiografia não é o passado, mas sim um conhecimento sobre ele. A história se constitui num discurso a respeito do passado, ela não o cria, mas apropria-se dele procurando explicá-lo.⁹⁰ Neste sentido, a história acaba por se inserir como um dentre tantos outros discursos a respeito do mundo e de seus significados. O discurso que se torna vigente e comum é aquele que prevalece e que sobressai entre os outros em meio a essa disputa de memórias e relações de poder.

Dentro desta perspectiva o discurso que se torna oficial dentro da historiografia sofreu uma seleção de informações, ele foi construído de acordo com as necessidades, interesses e visão de mundo daqueles que o produziram fazendo assim sua história ser compartilhada por outros.⁹¹

Sendo assim a história acaba por produzir silenciamentos. Este silêncio inserido no discurso que venceu a batalha frente aos outros discursos tem uma razão para existir e na maioria das vezes esta razão é a intencionada por grupos no poder e classes dirigentes. No entanto, sendo a história um construto ideológico sempre em litígio com outros, ela acaba por oferecer a possibilidade de sempre ser retrabalhada e reordenada, garantindo, portanto que esses silenciamentos possam se tornar discursos. O silenciamento não é apenas uma forma de silêncio, mas sim um modo de se pôr em silêncio algo que não se quer que seus sentidos sejam produzidos, construídos, mostrados ou que façam parte de uma identidade, de uma referência. No silêncio há também uma forma de se produzir mudanças e permanências, pois por meio dele pode-se manter a ordem das coisas como estão descartando possíveis mudanças, ou se pode ocultar outras para que determinadas mudanças ocorram. Ao mesmo tempo o silêncio é a garantia de que sempre haverá um movimento de sentidos, pois a partir dos silêncios, do que ainda não foi revelado, ou do que não se quis revelar, tem-se a possibilidade de uma nova produção de sentidos.

⁸⁹ “A construção de uma identidade européia excludente, significou a desapareição ideológica antes que física dos afroargentinos” (tradução livre) Mario Ángel Silva. op. cit.. p.37.

⁹⁰ Keith Jenkins. *A História repensada*. Editora Contexto, São Paulo, 2001, p.23.

⁹¹ Diante dessas colocações o historiador não deve entrar na ilusão de que se é possível abarcar e recuperar a totalidade dos acontecimentos passados, a história é apenas um dos possíveis relatos deste passado. É um constructo pessoal que acaba por manifestar as perspectivas do historiador ou de qualquer outro que se debruça na construção de um discurso a respeito do passado.

Segundo a definição de Eni Orlandi o silenciamento como uma política do silêncio se divide em duas formas; *silêncio constitutivo* que indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as “outras” palavras) e *silêncio local*, que se refere à censura propriamente (aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura)⁹². Neste trabalho, tais concepções a respeito do silenciamento são essenciais na medida em que a história da presença negra foi apagada, suprimida, censurada, silenciada nas histórias oficiais argentina e uruguaias. Tudo isso demonstra uma intencionalidade em não se querer que a presença negra faça parte da história e das identidades nacionais platinas.

No silêncio, então, estão contidos sentidos e discursos que não estão presentes no dito, desta forma, e de acordo com exemplo do parágrafo anterior, pode-se perceber que o silenciamento, política do silêncio, além de algumas vezes ser um fator cultural, também é produzido por determinações políticas e históricas. Nessa perspectiva, para que esse silêncio seja rompido e para que se torne visível, há de se observá-lo indiretamente por métodos (discursivos) históricos, críticos, desconstrutivistas.⁹³

Assim como em todos os discursos, na história também há recortes que implicam em dizer algo ao mesmo tempo em que se suprime e se oculta o que não é dito, ou seja, tais recortes determinam o que é desejável para tal história e o que não é. A história oficial argentina optou por um recorte em que o negro não ocupa lugar em sua história, está ausente, e os motivos para esta seleção, para este recorte, podem ser os mais diversos. Esses motivos podem ser explicados tanto por questões raciais quanto por uma tradição cultural eurocêntrica, ou pelo ideal de civilização defendido por Sarmiento dentro de seu projeto de construção da nacionalidade argentina, entre muitos outros. Motivos esses que ao produzirem o silenciamento acabaram por negar historicidade aos sentidos e a história desses sujeitos.

O mito de uma Argentina branca parece ter surgido a partir de 1830 no processo de construção do estado nacional argentino por meio do grupo intelectual conhecido como Nova Geração ou Geração de 37, responsável por definir um projeto nacional que solucionasse os problemas da integridade territorial, propusesse a organização de um regime político e acima de tudo uma identidade nacional em um cenário de lutas civis e de fracassadas tentativas

⁹² Eni Puccinelli Orlandi. *As Formas do Silêncio*. No Movimento dos Sentidos. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002. p.24.

⁹³ Idem, *ibidem*, p.47. Aqui desconstrutivistas tem o sentido de se desconstruir os motivos pelos quais os silenciamentos foram produzidos a respeito de uma história, seria desconstruir a censura estabelecida para o trato de certos assuntos e até mesmo a desconstrução de fatores culturais e determinações políticas e históricas para se tratar das histórias silenciadas.

unitaristas de 1824-27, momento também em que a idéia de identidade nacional da população estava intimamente ligada à identidade provincial. Havia a necessidade de se criar um espaço público único que centralizasse a atividade política social e um espaço para se recorrer a políticas estatais de nacionalização que produzissem e distribuíssem uma identidade, uma história e uma cultura partilhada⁹⁴.

Neste sentido Domingo Faustino Sarmiento membro da elite ilustrada, liberal e romântica do século XIX e membro da chamada Nova Geração lança as bases da política educativa de instrução pública moderna em nível nacional. Sarmiento tinha a concepção de que por meio da educação podia-se construir a identidade nacional de uma Argentina Moderna e civilizada. Entretanto, ao propor seu ideal de identidade nacional, acabou por excluir tudo o que ele considera ser uma oposição ao ideal de civilização. Desta forma, atribuiu graus de civilização entre as camadas sociais e étnicas concedendo aos imigrantes europeus e à elite letrada o título de civilizados, à população e aos gaúchos declara serem passíveis de civilização e aos negros e aos índios acreditava que ao longo do tempo estariam fadados ao desaparecimento⁹⁵.

Sarmiento, então, ao considerar como ideal de civilização os imigrantes europeus e a elite letrada, acaba por privilegiar a cultura destes impondo ou transpondo a cultura europeia como reflexo de uma identidade nacional argentina, selecionando, desta forma, a história, a memória, a cultura e o conhecimento produzido, conservado e apreendido pela sociedade.

Em relação à ausência no negro na história e na memória argentina, Marta Goldberg autora dos livros “La población africana de Buenos Aires y su campaña. Formas de vida e subsistência (1750-1850)” de 1994 e do livro “Los negros de Buenos Aires” de 1995 faz uma crítica afirmando:

Los argentinos están orgullosos de ser el país más blanco de Latinoamérica y de que la ciudad de Buenos Aires sea comparada muchas veces con las capitales europeas por el aspecto de su población, su arquitectura y su movimiento cultural. El orgullo que llega a veces a la soberbia en los nacidos en Buenos Aires, los lleva a “olvidar” la presencia negra en su historia y en su cultura, presente en el baile que los identifica en el mundo entero: el tango.

Esta fragilidad de la memoria histórica argentina no es sorprendente a la luz de los acontecimientos de los últimos años en que “la desaparición” caracterizo a la Argentina. Desaparición de personas, desaparición de sujetos históricos. Operaciones típicamente argentinas en las que mágicamente se hace desaparecer lo que molesta del mundo de los vivos y hasta de la memoria histórica. País solo de blancos, donde no hubo ni índios ni negros.⁹⁶

⁹⁴ Renata Giovine e Gabriel Huarte. “A construção da cidadania no discurso político-educativo: Mitre e Sarmiento”. Pro-Posições - Vol. 10. Nº 2. jul de 1999. p. 29.

⁹⁵ Idem, ibidem, p. 30.

⁹⁶ “Os argentinos estão orgulhosos de ser o país mais brancoda América Latina e da cidade de Buenos Aires ser comparada muitas vezes com as capitais europeias pelo aspecto de sua população, sua arquitetura e seu

Dentro desta perspectiva o argumento mais latente que se tem para justificar a ausência ou o silenciamento da população negra dentro da história argentina é o ocorrido “desaparecimento” dos negros na Argentina. De fato sabe-se que as baixas demográficas da população negra na Argentina foram muito elevadas, mas este fato não justifica o silenciamento da presença e da história negra neste país. Os motivos detectados para tais reduções são: a proibição do comércio de escravos com o tratado de 1840 com a Inglaterra; a participação em grande quantidade de negros homens nas guerras civis, lutas de independência, exércitos libertadores, nas guerras contra os indígenas, contra o Brasil e na Guerra do Paraguai de 1865. Esta causa tem como consequência outro motivo para a diminuição da população negra, pois o desequilíbrio entre homens e mulheres negros gerado pelas mortes dos indivíduos de sexo masculino fez com que o número de mulheres negras fosse muito superior ao de homens negros aumentando a incidência da mestiçagem favorecida pela enorme quantidade de imigrantes europeus que chegaram à Argentina na segunda metade do século XIX; as epidemias, em especial a febre amarela em 1871 e o alto índice de mortalidade, principalmente infantil⁹⁷.

Diante dos argumentos apresentados percebe-se que por meio da história é possível a construção de um discurso a respeito do passado dos negros neste país, pois cada vez mais a história deste povo tem saído do silenciamento para tornar-se discurso, além disso, hoje é possível ver avanços no reconhecimento da presença do negro da Argentina. Exemplo disso tem-se nos censos, cujos resultados estão expostos no jornal Diário Clarín de 9 de junho de 2006 que tinham como objetivo averiguar a quantidade de argentinos que declaravam possuir ascendência negra africana. Para alguns os resultados foram surpreendentes, pois os dados descobertos demonstram que quase dois milhões de pessoas que representam 5 % da população argentina, possuem ascendência negra⁹⁸. Desta forma as questões a respeito do desaparecimento e da invisibilização estão sendo revistas, pesquisadas e trabalhadas.

movimento cultural. O orgulho que por vezes chega a soberba nos nascidos em Buenos Aires, os leva a se esquecer da presença negra em sua história e em sua cultura, presente no baile que os identifica no mundo inteiro: o tango. Esta fragilidade da memória histórica argentina não é surpreendente a luz dos acontecimentos dos últimos anos em que “a desapareção” caracterizou a Argentina. Desapareção de pessoas, desapareção de sujeitos históricos. Operações tipicamente argentinas em que magicamente se faz desaparecer o que incomoda o mundo dos vivos e até a memória histórica. País somente de brancos, onde não houve nem índios nem negros.” (tradução livre). Marta Beatriz Goldberg, op. cit. p. 25.

⁹⁷ Idem, ibidem, p. 27 e 28.

⁹⁸ Reportagens do Clarín in< <http://edant.clarin.com/diario/2006/06/09/sociedad/s-03801.htm>> e in <<http://edant.clarin.com/diario/2002/08/04/s-03801.htm>> acessado em 08-09-2012 às 20:00.

O silenciamento em relação à presença do negro também pode ser visto na história oficial uruguaia como analisado por Andrews nos livros estudados nas escolas, onde havia a exaltação e a construção ideológica de uma nação majoritariamente branca e de grande influência européia. O autor observou que as únicas referências aos negros ou escravos nos livros são as que indicam o espírito democrático da nação devido à abolição da escravidão de 1842 e a outra se encontra no hino na democracia uruguaia que faz referência aos imigrantes⁹⁹.

De acordo com Alex Borucki, a historiografia uruguaia comumente limitou o papel do grupo africano ao período colonial, identificando com a servidão e conferindo-lhe um rol secundário na economia e na sociedade. Nos estudos especializados têm-se focado as leis abolicionistas, sem analisar o papel dos negros e pardos antes do fim da escravidão. Os conteúdos morais, inscritos na Abolição contribuíram para enaltecer a história dos partidos políticos tradicionais do Uruguai¹⁰⁰.

No Uruguai, entretanto a desapareção física dos afro-uruguaios não foi tão significativa quanto à dos afro-argentinos. Apesar das duas nações terem passado por caminhos parecidos seus efeitos foram distintos. Sendo assim, apesar de o Uruguai ter recebido imigrantes europeus entre 1880 e 1930, os números não foram tão significativos quanto os argentinos. Outro motivo menos evidente seria a posse de terras uruguaias por parte dos brasileiros que continuaram inserindo escravos no Uruguai mesmo após a abolição da escravidão neste país. Além disso, Andrews argumenta que muitos escravos brasileiros cruzavam a fronteira em fuga para o Uruguai buscando a liberdade¹⁰¹.

No Uruguai percebe-se, portanto que as baixas demográficas da população negra, que também participou dos exércitos nas lutas civis, entre outras e a miscigenação, não foram suficientes para se produzir o desaparecimento dos negros. Isto não significa, entretanto, que não sofreram desigualdade no acesso à educação e ao trabalho. Muitos foram os afro-uruguaios que tiveram que lutar para obtenção de uma melhor inserção social e pelo fim dos preconceitos que limitavam a ascensão. Os jornais foram ferramentas essenciais nessa luta. No século XX, também houve a fundação de movimentos negros inspirados no estadunidense. Por fim, os desfiles de candombe, mantidos até hoje, contribuíram para a visibilização e para a resistência dos afro-uruguaios.

⁹⁹ George Reid Andrews. op. cit. p. 4.

¹⁰⁰ Alex Borucki; Karla Chagas e Natalia Stalla. op. cit. p. 6.

¹⁰¹ George Reid Andrews. op. cit. p. 8 e 9.

6- Considerações Finais

Com este trabalho pode-se concluir que a penetração comercial portuguesa no Rio da Prata proporcionou transformações sociais e econômicas ligando-se fortemente com o comércio de escravos nesta região.

A presença negra também é um fator perceptível, como demonstrado por meio dos números de negros que chegaram no Rio da Prata, e pelo trabalho que desempenharam neste meio.

Outro fator de grande importância é a percepção de que o preço do escravo é um indício de capitalização dentro da empresa agrária, pois desempenharam grande papel no campo buenaerense a exemplo de San Isidro e Matanza onde um em cada três homens era africano, metade dos estabelecimentos possuíam escravos, depois do valor do gado, era o segundo bem mais valioso apresentado nos inventários e, por fim, havia uma forte relação entre o nível geral de capitalização de um estabelecimento agrário e o valor dos cativos¹⁰².

Percebe-se também que o silenciamento produzido ao longo do tempo e a omissão em relação à presença negra não podem mais ser afirmados pela história, afinal tem sido abundantes os relatos a respeito dos trabalhos desempenhados, das suas redes de socialização e ajuda mútua, das suas manifestações culturais como o *candombe* e o conhecimento sobre aspectos da vida cotidiana, da adaptação, da resistência e de suas relações sociais.

Desta forma pode-se perceber que houve uma escravidão negra no Rio da Prata durante o período colonial e nos anos iniciais republicanos, que o trabalho escravo teve uma certa influência na economia da campanha buenaerense e na da Banda Oriental, e que houve um processo, no final do século XIX e no início do século XX, de apagamento da memória da escravidão no Uruguai e na Argentina, o que levou ambos os países a se suporem brancos.

¹⁰² Juan Carlos Garavaglia. op. cit. p. 358.

Referências Bibliográficas

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “O Trato dos Viventes, Formação do Brasil no Atlântico Sul”. Companhia das Letras, São Paulo: Ed. Schwarcz. 2000.
- ALONSO, Gustavo Fabián. “Estudio del comercio de esclavos en el Río de la Plata”. In *La ruta del esclavo en el Río de la Plata: su historia y sus consecuencias*. Memoria Del Simposio. UNESCO. 2004.
- ANDREWS, George Reid. “Blackness in the White nation- A History of afro-uruguay”. United States of America: The University of North Carolina Press. 2010.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. “La formación de los Estados en la Cuenca del Plata-Argentina, Brasil, Uruguay, Paraguay”. V.1. 1ª ed., Buenos Aires: Grupo Editorial Norma. 2006.
- BORUCKI, Alex; CHAGAS, Karla e STALLA, Natalia. “Esclavitud y Trabajo, Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya 1835-1855”. Ed. Pulmón Ediciones. 2004.
- BORUCKI, Alex; Chagas Karla; Frega, Ana e STALLA, Natalia. “Esclavitud y abolicion en el Río de La Plata em tiempos de revolución y república”. In *La ruta del esclavo en el Río de la Plata: su historia y sus consecuencias*. Memoria Del Simposio. UNESCO. 2004.
- CANABRAVA, Alice Piffer. “O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)”. Coleção Reconquista do Brasil (Nova série). V.82, São Paulo: Itatiaia (Ed. da Universidade de São Paulo), 1984.
- DOMÍNGUEZ, Maria Eugenia. *Suena el Río*. Entre tangos, milongas, murgas e candombes: músicos e gêneros rio-platenses em Buenos Aires. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2009. In <http://www.musa.ufsc.br/docs/eugenia_tese.pdf>.
- GARAVAGLIA, Juan Carlos. “Pastores y labradores de Buenos Aires- Uma historia agrária de la campaña bonaerense 1700-1830”. 1ª ed., Buenos Aires: Ediciones de la Flor. 1999.
- GIOVINE, Renata e HUARTE, Gabriel. “A construção da cidadania no discurso político-educativo: Mitre e Sarmiento”. Pro-Posições - Vol. 10. Nº 2. jul de 1999. In <http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/~proposicoes/textos/29-artigos-gioviner_etal.pdf>
- GOLDBERG, Marta Beatriz. “Nuestros negros: Desaparecidos o ignorados?” In *Los esclavos negros. Porque se extinguieron?*. Buenos Aires: Todo es Historia S.A. ano XXXIII, nº 393, abr. de 2000.
- JENKINS, Keith. *A História repensada*. Editora Contexto, São Paulo, 2001.
- LUNA, Félix. “Lo negro es Hermoso” In *Los esclavos negros. Porque se extinguieron?*. Buenos Aires: Todo es Historia S.A. ano XXXIII, nº 393, abr. de 2000.
- MALLO, Silvia C. “Experiencias de vida, formas de trabajo y búsqueda de libertad” In *La ruta del esclavo en el Río de la Plata: su historia y sus consecuencias*. Memoria Del Simposio. UNESCO. 2004.

-MONTAÑO, Oscar. “Rituales africanos em El Uruguay Del siglo XIX” In *La ruta del esclavo en el Río de la Plata: su historia y sus consecuencias*. Memoria Del Simposio. UNESCO. 2004.

-ORLANDI, Eni Puccinelli. *As Formas do Silêncio*. No Movimento dos Sentidos. Editora da Universidade Estadual de Campinas. 2002.

-PRADO, Fabrício. “In the shadows of Empires: Trans-Imperial Networks and Colonial Identity in Bourbon Rio de la Plata (1750-1813)”. 2009.

-SILVA, Mario Ángel. “Reseña de la esclavitud em La Región Sur” In *La ruta del esclavo en el Río de la Plata: su historia y sus consecuencias*. Memoria Del Simposio. UNESCO. 2004.

-STUDER, Elena F. S. de. “La trata de negros em el Rio de la Plata durante El siglo XVIII”. Libros de Hispanoamerica. Buenos Aires: Edigraf S.A. 1984.

Declaração de Autenticidade

Eu, Karoline Lima Sirqueira, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado **A escravidão negra no Rio da Prata** foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, idéias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro departamento e ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.